

Junto do BIRD e do FMI

Ministro britânico das Finanças exigirá mais perdão da nossa dívida

N. 10/4/93

O MINISTRO britânico das Finanças, Gordon Brown, disse em Londres que irá pressionar para que se conceda um maior perdão da dívida externa dos países altamente endividados durante a reunião conjunta da próxima semana do Banco Mundial/FMI em Washington.

Falando terça-feira última, pouco antes do anúncio formal em Washington do perdão de cerca de três biliões da dívida (em termos nominais) moçambicana pelos seus credores, perante um comité dos membros do Parla-



Apesar do perdão de parte considerável da nossa dívida, a pobreza absoluta persiste no país

mento britânico em Londres, Brown defendeu igualmente que haja mais transparência nos mecanismos ou funcionamento daquelas duas instituições financeiras do sistema de Bretton Woods.

A posição de Brown está claramente ligada às queixas que nos últimos tempos têm sido feitas pelo facto daquelas duas instituições praticarem uma política de "dois pesos", na atribuição de fundos para os países membros. Brown foi um dos mais activos actores no processo que agora culminou no cancelamento de grande parte da dívida moçambicana, facto anunciado em Washington pelo FMI e Banco Mundial.

Brown chegou a escrever no início deste ano um longo artigo no "The Economist", defendendo que o perdão da dívida moçambicana fosse acima dos 80 por cento, preconizados pela norma do Clube de Paris. Brown argumentava que fosse acima desse tecto porque o caso moçambicano é especial e deveria ser tratado como tal.

Outro dos que bateu heroicamente, e segundo uma fonte da Embaixada moçambicana em Londres, é o actual "Secretário-Geral" da Commonwealth, Emeka Anyaoku, que nunca se cansou de multiplicar contactos em prol do cancelamento da dívida moçambicana.

"O perdão agora anunciado é sem dúvidas fruto do esforço de Brown e do chefe Anyaoku", disse o mesmo diplomata moçambicano falando na condição de anónimo num contacto feito pela AIM.

O perdão da dívida é, segundo Brown, acima de tudo uma questão moral para ser justa, se tiver em conta que os países altamente endividados assim se tornaram devido a factores sócio-económicos e políticos que estão para além da sua responsabilidade. Além disto, há quem veja na maneira como o FMI e o Banco Mundial têm canalizado os seus fundos ou apoiado os países membros em crise como não sendo a mais correcta, para ser transparente e imparcial.

"Não há dúvidas que tratam alguns membros como filhos e outros como enteados. A crise que afecta a Ásia voltou a evidenciar essa política, com a libertação de avultados fundos de uma noite para dia, enquanto que outros membros, especialmente africanos, não só têm de esperar anos antes de poderem ter esses fundos, como até são forçados a aceitar receitas que são um verdadeiro flagelo para as suas populações. Além disso, os pacotes que geralmente lhes são atribuídos são mais para mantê-los no sofrimento do que para resolver as crises porque padecem, dado que são insignificantes para o tamanho e a gravidade das crises que há muito os afectam", palavras de um diplomata africano baseado em Londres.

Falando também na condição de anónimo, o mesmo diplomata disse que a rapidez e o volume de fundos que estão a ser canalizados para os países afectados pelas crises na Ásia são uma repetição do que se fez em relação ao México em 1993, quando o FMI e o Banco Mun-

dial injectaram mais de meia centena de biliões de dólares sob os ordens do Presidente Clinton, sem portanto ter consultado os líderes dos outros principais doadores daquelas duas instituições financeiras, como rezam as suas normas.

Isso aconteceu porque a diferença de horas entre a América do Norte e o resto do mundo é muita das vezes de 12 ou mais horas, e a crise mexicana tinha de ser debelada na hora, sob o risco disso comprometer os interesses económicos não só dos próprios EUA como do resto do mundo ocidental.

"Ao invés do que tem sido prática do FMI e do Banco Mundial, em que para se ter o seu crédito antecede uma longa e complexa negociação e uma infinidade de condições, não se pode ter o crédito, está-se agora a passar em cima disso tudo, no caso da presente crise na Ásia, como se passou quando da crise mexicana", acentuou o mesmo diplomata.